

**ATA DA TRIGÉSIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO
LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos doze dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e seis, às nove horas e quarenta e dois minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro, secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PL) — Muito bom dia, senhoras e senhores. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE**. Com a palavra, o segundo-secretário, para a leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente! Bom dia, senhores deputados, deputadas! Bom dia aos demais presentes e àqueles que nos acompanham pela Rádio e TV ALEMS. *"Ata da Trigesima Quinta Sessão Ordinária da Quarta Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul – Estado do Pantanal. Aos sete dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e seis, às nove horas e quarenta e quatro minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. PEQUENO EXPEDIENTE – Lida e aprovada a Ata de número Trinta e Oito da Trigesima Terceira Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Ofício nº 79/2026, do Poder Executivo; Ofícios nºs 60.011, 60.014, 60.020, 60.067, 60.072, 60.625, 60.637, 60.649, 60.652, 60.655, 60.658, 60.661, 60.667, 60.678, 60.687, 60.691, 60.786, 60.789, 60.792, 60.795, 60.803, 60.816 e 60.833/2026, da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul. SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE – Usaram da palavra os deputados Pedro Kemp e Renato Câmara. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Gleice Jane, Paulo Corrêa e Antonio Vaz. GRANDE EXPEDIENTE – Usaram da palavra os deputados Professor Rinaldo e João Henrique. ORDEM DO DIA – Foram aprovadas, em discussão única e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Lei nº 137/2025, de autoria dos deputados Paulo Corrêa, Gerson Claro, Zeca do PT e Zé Teixeira; e Projeto de Resolução nº 11/2026, de autoria da Mesa Diretora. Foi aprovado, em segunda discussão e votação nominal, o Projeto de Lei nº 22/2026, de autoria do Poder Judiciário. Foi aprovado, em primeira discussão e votação nominal, o Projeto de Lei nº 11/2026, de autoria do deputado Roberto Hashioka. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimentos de moções de pesar, de autoria do deputado Lucas de Lima, endereçadas aos familiares de Jardilino Batista de Oliveira, Ivan Paes Barbosa e Ilza Echeverria; requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Roberto Hashioka, endereçada aos familiares de Adolfo Fazecas Marian; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Pedro Kemp, endereçada à Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul (Fetems) e à Central Única dos Trabalhadores (CUT) pela realização da Marcha da Classe Trabalhadora de Mato Grosso do Sul, realizada no dia 30 de abril, em Campo Grande; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Pedro Kemp, endereçada à Aldeia Urbana Darcy Ribeiro, em nome de suas lideranças, o cacique Sidney*

Francisco, e o vice-cacique Cacique Nilton de Oliveira Santana, pela celebração realizada em alusão ao dia dos povos indígenas; requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Gleice Jane, endereçada à bancada de vereadores do Partido dos Trabalhadores (PT) da Câmara Municipal de Campo Grande Luiza Ribeiro Gonçalves, Landmark Ferreira Rios e Jean Felipe Moraes Ferreira Barbosa, estendendo-se a todos os parlamentares que votaram contrariamente ao projeto de lei que tratava da privatização de unidades do Sistema Único de Saúde (SUS) no município; requerimento de moção de congratulação de autoria do deputado Caravina, endereçada ao Laticínio Guassu, pela conquista da medalha de ouro no 4º Mundial do Queijo e Produtos Lácteos, realizado na cidade de São Paulo, com o produto 'Manteiga com Alho', da marca Granado; requerimento de informação, de autoria do deputado Pedro Kemp; indicações, de autoria dos deputados Lucas de Lima, Zé Teixeira, Lia Nogueira, Lidio Lopes, Pedro Kemp, João Henrique e Caravina.
EXPLICAÇÕES PESSOAIS – Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, sete de maio do ano de dois mil e vinte e seis". Foi lida a ata, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Com a palavra, o primeiro-secretário, para a leitura do expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PL) — Bom dia, senhor presidente. Bom dia, senhoras e senhores deputados. Expediente da Sessão Ordinária de 12 de maio de 2026: Mensagem nº 4/2026, do Poder Executivo, submetendo à aprovação desta Casa de Leis os Covênios ICMS, os Ajustes Sinief e o Protocolo ICMS, celebrados no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz); Ofício nº 64/2026, do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, encaminhando proposta de projeto de lei que visa à criação da "Vara Regional de Meio Ambiente, Conflitos Fundiários e Proteção de Direitos dos Povos Originários e das Comunidades Quilombolas da Comarca de Bonito" (Prot. nº 1195/2026); Ofício nº 978/2026, do Ministério da Saúde, respondendo à indicação do deputado Pedro Kemp (Prot. nº 272/2026); Ofícios nºs 60.017, 60.023, 60.026, 60.029, 60.038, 60.042, 60.049, 60.052, 60.075, 60.093, 60.097, 60.806, 60.873 e 61.191/2026, da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul, respondendo a indicações/requerimento dos deputados Mara Caseiro, Junior Mochi, Lia Nogueira, Zé Teixeira, Pedro Kemp, Renato Câmara, Neno Razuk, Lidio Lopes e Caravina; Carta nº 25513BOAB20260506 – Bloco de Onze Aeroportos do Brasil S.A., respondendo à indicação do deputado Paulo Duarte (Prot. nº 913/2026); e-mail do Sindicato dos Empregados no Comércio de Campo Grande, respondendo à moção de congratulação do deputado Jamilson Name (Prot. nº 1043/2026); e-mail de Marcos Mokayad Ferro, respondendo à moção de pesar do deputado Lidio Lopes (Prot. nº 614/2026). Senhor presidente, está lido o expediente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, o deputado Antonio Vaz.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Bom dia, senhor presidente, colegas parlamentares. Indico à Mesa Diretora, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao governador Eduardo Riedel, com cópia ao prefeito de Corumbá, senhor Gabriel Alves de Oliveira, ao secretário de Estado de Educação, senhor Hélio Daher, à secretária municipal de Educação de Corumbá, senhora Mabel Marinho Sahib Aguilar, solicitando a realização dos serviços de manutenção para o banheiro da Escola Municipal Rural de Educação Integral Luiz de Albuquerque, localizada na avenida Imaculada Conceição, s/nº, distrito de Albuquerque, no município de Corumbá. A presente indicação justifica-se pela necessidade de garantir condições adequadas de higiene, salubridade e dignidade aos alunos matriculados na escola, assim como aos seus professores e demais servidores. É precária a situação dos sanitários do colégio (afundamentos no piso, rachaduras nas paredes, fossa na iminência de transbordar), o que tem ocasionado o encerramento das aulas ainda no turno matutino e, por conseguinte, acarretado prejuízo ao processo educacional dos alunos. Ressalta-se que a garantia de um ambiente escolar seguro e apropriado ao desenvolvimento das atividades pedagógicas é dever do poder público, conforme dispõe o artigo 25 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que impõe às autoridades competentes a obrigação de assegurar permanentemente condições materiais adequadas nas unidades de ensino. Outra indicação, também ao governador, com cópia ao secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, senhor Guilherme Alcântara, e ao superintendente estadual do Dnit, senhor Euro Nunes Varanis Junior, solicitando a implantação de iluminação pública na rotatória da BR-163, localizada no município de Sonora, importante entroncamento que liga a cidade de Coxim ao Estado de Mato Grosso, considerando o intenso fluxo de veículos que diariamente transitam pela região. Esta é uma solicitação que nos foi encaminhada pelo senhor Júlio César (Chimbinha). Embora fundamental na organização do tráfego da região, não conta a rotatória com iluminação pública, o que tem gerado grande preocupação, principalmente para a população de Sonora, que cotidianamente usa a via para se deslocar, ter acesso a serviços e transportar seus produtos. A falta de visibilidade no período noturno aumenta consideravelmente o risco de acidentes para motoristas, motociclistas, ciclistas e pedestres, impactando negativamente na qualidade de vida da população local. É só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, senhores deputados, apresento um requerimento de informações dirigido ao diretor-presidente da Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal de Mato Grosso do Sul (Iagro), senhor Daniel de Barbosa Ingold, solicitando informações detalhadas acerca da contratação emergencial, com dispensa de licitação, de empresa especializada em prestação de serviços de informática para atendimento da Divisão de Tecnologia da Informação e Comunicação da Agência, no valor total de R\$16.537.851,00, conforme divulgado pela imprensa e publicado no Diário Oficial do Estado em 11 de maio, especialmente quanto aos seguintes pontos: 1) quais razões técnicas e jurídicas fundamentaram a dispensa de licitação para a referida

contratação; 2) informar se houve estudo técnico preliminar, análise de risco ou parecer jurídico favorável à dispensa de licitação, encaminhando cópias dos respectivos documentos; 3) esclarecer quais circunstâncias caracterizaram a situação emergencial alegada pela Administração; 4) informar se houve interrupção contratual anterior, falha de planejamento administrativo ou encerramento previsível de contrato precedente que pudesse ter permitido a realização de procedimento licitatório regular; 5) informar quantas empresas foram consultadas para composição do preço de referência e encaminhar as respectivas cotações; 6) informar quais sistemas, aplicativos e serviços serão abrangidos pela contratação e quais os riscos alegados à continuidade das atividades da lagro, em caso de descontinuidade; 7) e informar se existe previsão de abertura de procedimento licitatório regular para substituição da contratação emergencial ao término da vigência contratual... Causa espécie essa contratação sem licitação da lagro, de serviços de tecnologia da informação e de comunicação. Espero que o requerimento seja aprovado por esta Casa, que não haja blindagem do Governo como aconteceu com o requerimento que apresentei relativo ao contrato com a Fiems, porque isso está se tornando uma prática. Além de firmar esse contrato — sem licitação! no valor de dezesseis milhões e meio! —, a lagro, também sem licitação, contratou uma empresa para prestar serviço de limpeza e conservação, no valor de R\$ 1.890.000,00. Eu acho que o Governo tem de informar a esta Casa quais são as razões que justificam essas dispensas de licitação... Por que não uma licitação regular, normal nesses casos, ainda mais num contrato de dezesseis milhões e meio? Esta Casa precisa prestar contas para a sociedade desse volume de recursos que está sendo destinado a uma empresa sem licitação, sem uma concorrência pública. É claro que o Governo pode dispensar licitação em algumas situações, mas com justificativa, tudo fundamentado. E é essa justificativa que estamos pedindo ao Governo, porque a Assembleia tem o dever de fiscalizar as ações do Executivo. Espero que o requerimento não seja novamente motivo de blindagem aqui, da bancada de sustentação do Governo. Se o Governo não tem nada a esconder, que apresente as explicações, suas razões, que nos responda por que dispensar licitação, ainda mais para um contrato de dezesseis milhões e meio. Tenho também uma indicação, ao presidente desta Casa, o deputado Gerson Claro, solicitando a adoção de providências jurídicas e administrativas necessárias para viabilizar a homologação do Concurso Público de Provas para Provimento de Cargos Efetivos e Formação de Cadastro Reserva do Quadro de Pessoal da ALEMS até 3 de julho de 2026. Esta solicitação nos foi feita pela comissão de aprovados no certame... Aliás, quero elogiar a empresa responsável pela condução do concurso, muito bem organizado, transparente, tudo feito com muita eficiência... Os aprovados estão ansiosos para que o certame seja logo homologado, principalmente os que não têm mais nenhuma etapa a vencer (alguns precisam ainda passar por prova prática), estão ansiosos para que essa homologação saia antes do prazo final estabelecido pela lei eleitoral, para que possam ser chamados ainda este ano. Acredito que Vossa Excelência vai analisar com muito carinho essa reivindicação, para que o concurso seja homologado antes do dia 3 de julho, de modo que as pessoas possam ser chamadas ainda este ano. Já entreguei à Mesa Diretora um documento dessa comissão dos concursados, para o doutor Fábio, que ficou de o encaminhar para a comissão. Mais uma vez parablenzo Vossa Excelência, presidente, parablenzo o primeiro-secretário, o deputado Paulo Corrêa, pela realização desse concurso, o segundo que a

Assembleia realiza; só recebi elogios, as pessoas estão muito contentes, mas estão naquela ansiedade para vir trabalhar com a gente o mais rápido possível. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — A solicitação referida por Vossa Excelência já foi encaminhada à fundação e à comissão específica para o assunto, e, em havendo respaldo legal, não vejo impedimento nenhum de prosseguirmos da forma solicitada. Gostaria de registrar também que foi apresentada uma proposta de lei que cria a "Vara Regional de Meio Ambiente, Conflitos Fundiários e Proteção de Direitos dos Povos Originários e das Comunidades Quilombolas da Comarca de Bonito", cuja jurisdição se estenderia de Porto Murtinho, deputado Zeca, até Rio Negro, cobrindo todo o Pantanal: vara da justiça estadual especializada no atendimento de questões do meio ambiente. É um avanço do Poder Judiciário, a mesma vara foi criada em âmbito federal, e o presidente [Dorival Renato] Pavan [do TJ/MS] encaminhou-nos então a proposta, para o que solicito a atenção dos senhores: peço que assinem o acordo de lideranças para que possamos votar o mais rápido possível — que a medida é muito importante, para que se possa tratar de maneira especial esses assuntos de meio ambiente; a vara vai funcionar no município de Bonito. Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Bom dia, senhor presidente. Tenho uma indicação ao procurador-geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, senhor Romão Ávila Milhan Júnior, solicitando, com urgência, a adoção das medidas cabíveis para a averiguação da possível inconstitucionalidade e ilegalidade do decreto publicado pelo senhor prefeito de Bonito, Josmail Rodrigues, que estabelece restrições à atuação fiscalizatória de vereadores no Hospital Municipal. Conforme amplamente divulgado pela imprensa, o referido decreto passou a exigir comunicação prévia mínima de quarenta e oito horas, indicação da finalidade, declinação dos participantes e dos horários da visita ao hospital, inclusive sob pena da retirada com apoio policial de quem desobedecer ao disposto no decreto. A medida preocupa, porquanto aparentemente afronta os princípios constitucionais da publicidade, da transparência e da independência entre os poderes, além de potencialmente violar as prerrogativas constitucionais do Poder Legislativo, especialmente no que se refere à atividade fiscalizatória dos vereadores sobre os serviços públicos municipais, mormente da saúde pública. Senhor presidente, espero que o prefeito nos esteja assistindo e fique já sabendo que daqui a uns dias eu vou a Bonito e vou lá no hospital, e o desafio a me tirar de dentro do hospital, porque eu vou lá fiscalizar o serviço que a Prefeitura de Bonito está prestando à sua comunidade. Em segundo lugar, senhor presidente, quero ler um ofício encaminhado a Sua Excelência o Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, com cópia à senhora ministra da Casa Civil, Miriam Belchior, com o seguinte conteúdo: "Venho por meio deste expediente manifestar profunda preocupação e indignação diante da postura adotada pelo senhor ministro de Estado dos Povos Indígenas, Eloy Terena, que de forma escancarada vem se aliando a setores que representam o que há de mais atrasado e conservador na política de Mato Grosso do Sul, notadamente a grupos bolsonaristas, historicamente alinhados com os ataques promovidos contra o Governo Federal e contra o próprio presidente Lula. Recentemente vieram a público registros fotográficos do referido ministro ao lado da pré-candidata a deputada federal, pelo

PP, Viviane Luiza da Silva, e do pré-candidato a deputado estadual, também pelo PP, Fernando Souza, ambos aliados estratégicos do Governo Estadual, comandado por Eduardo Riedel, grupo político que reiteradamente tem promovido críticas indevidas e injustas às políticas de reconstrução nacional conduzidas pela atual gestão federal. Causa estranheza e indignação o fato de um ministro integrante do governo Lula persistir nesse tipo de comportamento político, agindo em desacordo com as diretrizes históricas do Partido dos Trabalhadores e com os compromissos assumidos pelo atual governo perante a população indígena brasileira, especialmente do Estado de Mato Grosso do Sul, estado que possui a terceira maior população indígena do país, com cerca de 118 mil pessoas (autodeclaradas). Tal comportamento causa perplexidade, especialmente diante da responsabilidade institucional do Ministério dos Povos Indígenas, pasta criada pelo presidente Lula como símbolo do compromisso histórico com os povos originários e com a reconstrução democrática do país. Utilizar a projeção política e institucional do cargo para se aproximar de setores que atuam politicamente contra o Governo Federal, representa grave incoerência política, além de desmerecer a confiança nele depositada pelo campo democrático popular. É legítimo questionar a mando de quem o ministro Eloy Terena adota tal postura, promovendo aproximações políticas com setores bolsonaristas e manifestando, na prática, um claro comportamento de traição ao projeto democrático popular liderado pelo presidente Lula. Ante o exposto, solicitamos que a Presidência da República e a Casa Civil procedam à urgente e devida apuração dos fatos e adotem as providências políticas e administrativas cabíveis, visando a preservar a coerência institucional do Governo Federal e o respeito ao projeto político legitimamente eleito pelo povo brasileiro." Assina o deputado estadual Zeca do PT, presidente da Comissão de Desenvolvimento Agrário, Assuntos Indígenas e Quilombolas da Assembleia Legislativa. Estou encaminhando hoje o ofício ao presidente da República e à ministra da Casa Civil, tratando do comportamento do vulgo doutor Eloy aqui em Mato Grosso do Sul... Pela ordem!

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado Zeca.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Só para anunciar, com muita satisfação, a iniciativa do Governo do Estado de promover o edital de licitação para a compra de 22 caminhões, de uma tonelada cada, com baú refrigerado, para atender à política de comercialização e de abastecimento das centrais de comercialização construídas com emendas minhas e do deputado federal Vander Loubet. Importante registrar, presidente, que a compra desses 22 caminhões foi feita — exclusivamente! — com recursos do Governo Federal, através de emendas da bancada federal. Portanto, não vamos admitir que o governo Riedel faça publicidade em cima disso, como se a iniciativa dessa aquisição fosse dele. Celebro também a compra de 22 pickups para o fortalecimento da assistência técnica em extensão rural da agricultura familiar. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Marcio Fernandes.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Tenho uma indicação a ser enviada ao governador Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de Estado de Educação, senhor Hélio Daher, solicitando a reforma geral da Escola Estadual Camilo Bonfim, no município de Camapuã. Era só o que tinha, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Bom dia, presidente, nobres colegas, público que nos assiste. Venho aqui hoje fazer um requerimento de informações ao senhor secretário de Estado de Educação, Hélio Queiroz acerca da existência de vagas puras, vacâncias e planejamento de provimento efetivo de cargos do magistério da rede estadual de ensino. Nós queremos saber quais são as vagas puras, onde elas estão. Semana passada falamos muito aqui da falta de concurso público, da quantidade de vagas puras existentes na rede estadual, e não é para menos; mais de 70% dos professores da rede são contratados, e com salários inferiores aos dos efetivos... Finalmente, porém, o governador anuncia um concurso público para duas mil vagas. E aí eu tenho duas observações. Primeiro que esse número não é suficiente, a gente visita as escolas e sabe (em algumas apenas o diretor é efetivo), de forma que há muito mais do que duas mil vagas puras. Outra coisa: esse concurso é para valer ou é aquele concurso fajuto, como vimos acontecer no governo anterior, com aquelas questões absurdas, com aquele número ridículo de aprovados (79)?! Enfim, nós vamos ficar de olho, vamos acompanhar isso de perto, queremos saber se esse será de fato um concurso para resolver o problema da educação, ou se é só para captar recurso... Por último, ainda falando de serviço público, apresento um requerimento ao senhor secretário de Estado de Segurança Pública, Antonio Carlos Videira, no qual indagamos qual é o quantitativo de policiais militares com interstício cumprido para a promoção, ainda não efetivada. E relembro: o governador mandou um jornalista aqui de Campo Grande estudar. Pois a gente estudou e não viu resposta alguma... A notícia que temos é que essas promoções não estão acontecendo. Nós queremos fatos, não promessas de campanha, não mentiras, não *fake news*. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado João Henrique... Deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Bom dia, senhor presidente, demais colegas! Bom dia àqueles que nos prestigiam com a sua presença, aos servidores da Casa, à imprensa e aos que nos acompanham pela TV Assembleia e pelas redes sociais. Indicação. Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao senhor deputado federal Luiz Ovando e à senhora senadora Tereza Cristina, solicitando a viabilização de recursos financeiros destinados à construção de um centro comunitário na área existente no Núcleo 2 do Projeto de Assentamento Uirapuru, localizado ao lado da Igreja Católica Sagrado Coração de Jesus, no município de Nioaque. A presente proposição atende a um pedido formulado pelo vereador Jorge Fernandes Lemes, nos termos do Requerimento nº 018/2026

anexo, aprovado pela Câmara Municipal do Município de Nioaque. Outra indicação, ao secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, senhor Guilherme Alcantara de Carvalho, ao diretor-presidente, da Agesul, senhor Rudi Fiorese, por cópias autônomas, solicitando que, por meio de convênio ou de execução direta no orçamento, a substituição das pontes de madeira por galerias de concreto em todas as pequenas vazantes existentes na MS-339, que liga a Colônia Campina ao distrito de Morraria do Sul e região, no município de Bodoquena. Trata-se de um pedido dos vereadores Airton Ferreira Marques e Mário Roberto Severino Ferreira, através da Indicação nº 005/2025, lida e aprovada na Câmara Municipal de Bodoquena (anexo). Outra indicação, ao governador Eduardo Riedel, ao diretor-presidente da Sanesul, senhor Renato Marcílio, solicitando a realização de estudo técnico e a adoção de medidas administrativas e normativas destinadas à revisão dos critérios de cobrança do consumo de água, em casos de vazamentos ocultos, rompimentos de canos ou de outros defeitos hidráulicos ocorridos no interior dos imóveis, sem o prévio conhecimento do consumidor, de forma que se possibilite, nesses casos excepcionais, que a cobrança seja feita com base na média de consumo dos meses anteriores. A presente solicitação atende a um pedido do vereador Edeildo Gonçalves dos Santos, da Câmara Municipal de Nova Andradina, que chegou ao nosso gabinete através da Indicação nº 109/2026, devidamente lida e aprovada naquela Casa de Leis. É interessante esse pedido, senhor presidente, já que vez ou outra certos consumidores estão recebendo contas altíssimas, não compatíveis com o que realmente foi consumido; às vezes isso se deve a algum defeito hidráulico ocorrido no interior do imóvel, mas decorrente de algum problema técnico de responsabilidade da própria Sanesul. Então, quando o consumo aumenta em razão de uma situação dessas, que seja ele cobrado pela média. Registro também uma moção de congratulação à 5ª Expo Rica, realizada entre 7 e 10 de maio do corrente ano, no Parque de Exposições Laerte Paes Coelho, no município de Costa Rica, em nome do prefeito Delegado Cleverson, extensiva à comissão organizadora, a colaboradores, patrocinadores, expositores, competidores e participantes do evento, pela brilhante organização e pelo êxito na realização de uma das mais relevantes festividades culturais, agropecuárias, empresariais e econômicas da região norte do estado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Posso assinar, deputado?

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Com certeza, pode até sair em nome da Casa, sem problema nenhum.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Então vamos fazer em nome da Casa.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Registro também uma moção de pesar, aos familiares e amigos do senhor Francisco José Grison, em razão do seu falecimento, ocorrido no dia 9 de maio do corrente. E também uma moção de pesar aos familiares e amigos do senhor Adolfo Fazecas Mariano, falecido em 3 de maio último, em Campo Grande. É só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Lidio Lopes.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Avante) — Muito bom dia, senhor presidente, nobres pares! Muito bom dia aos que nos honram com a sua presença e a quem nos assiste pela TV Assembleia. Indicação. Requeiro à Mesa Diretora, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do Estado de Mato Grosso do Sul, senhor Eduardo Corrêa Riedel, com cópias ao secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, senhor Guilherme Alcântara, e ao diretor-presidente do Imasul, senhor André Borges Barros de Araújo, solicitando a realização de estudos visando à reforma, à manutenção e à adequação dos banheiros públicos localizados no Parque das Nações Indígenas, nesta Capital. Decorre a presente de inúmeras queixas feitas por frequentadores do parque, que relatam as condições inadequadas dos banheiros públicos existentes no local. A segunda indicação é endereçada também ao governador, com cópia ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, senhor Antonio Carlos Videira, e ao comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar de Mato Grosso do Sul, coronel Frederico Reis de Pouso Salas, solicitando a destinação de um caminhão-pipa (autotanque) para atender o município de Aparecida do Taboado, visando a fortalecer a estrutura operacional do Corpo de Bombeiros Militar e aprimorar o atendimento da população. Trata-se de um pleito do vereador Jucleber Bim, legítimo representante da população aparecidense. A disponibilização do referido caminhão-pipa é essencial para ampliar a capacidade de resposta da corporação, principalmente em situações de emergência (como combate a incêndios urbanos e rurais) e em períodos de estiagem. Ressalte-se que Aparecida do Taboado vem experimentando significativo crescimento populacional, urbano e econômico, fatores que aumentam consideravelmente a demanda pelos serviços de segurança pública e de proteção civil, tornando pois indispensável o fortalecimento local desses órgãos. Era o que tínhamos, senhor presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, colegas parlamentares, assistentes, público presente, aos que nos acompanham pela Rádio e TV Alems. Indicação. Indico à Mesa Diretora, nos termos regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, senhor Antonio Carlos, com cópia ao comandante-geral da Polícia Militar, coronel QOPM Renato dos Anjos Garnes, solicitando a intensificação e ampliação das ações do programa Patrulha Rural Comunitária, no distrito de Nova Casa Verde, município de Nova Andradina, com reforço das rondas preventivas, ampliação do cadastramento de propriedades rurais e fortalecimento dos canais diretos de comunicação entre produtores rurais e as forças de segurança pública, diante do aumento das ocorrências de furtos de gado, defensivos agrícolas, maquinários e outros bens de uso frequente na zona rural da região. Trata-se de um pedido do vereador Naleu Cavalcante, de Nova Andradina, muito atuante no distrito de Nova Casa Verde, onde reside. Ali naquela região

há muitos assentamentos, como o Teijin, que é enorme, como mais que ficam na divisa com Bataguassu (o Aldeia e o Santa Clara), e o diligente vereador veio pedir a intensificação do programa Patrulha Rural. É muito importante a presença da Polícia Militar nesses assentamentos para coibir esses furtos. A segunda indicação é endereçada à secretária de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos, senhora Patrícia Elias Cozzolino de Oliveira, solicitando, com urgência, a reforma geral do prédio do *Mais Social*, em Dois Irmãos do Buriti, tendo em vista as condições precárias em que se encontra. Esse pedido veio de uma liderança política de lá, do ex-vereador Carlos Alberto Serafim, mas é um pedido também da comunidade. Pelas fotos, dá para ver que o prédio está mesmo numa situação precária. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Está encerrado o Pequeno Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Antonio Vaz: duas indicações (Prot. nºs 01213/2026, 01212/2026). De autoria do deputado Jamilson Name: duas indicações (Prot. nºs 01205/2026, 01204/2026). De autoria do deputado João Henrique: uma indicação (Prot. nº 01189/2026); um projeto de lei (Prot. nº 01214/2026). De autoria do deputado Caravina: duas indicações (Prot. nºs 01216/2026, 01215/2026). De autoria da deputada Gleice Jane: três requerimentos (Prot. nºs 01223/2026, 01199/2026, 01194/2026). De autoria do deputado Junior Mochi: uma indicação (Prot. nº 01200/2026). De autoria da deputada Lia Nogueira: uma indicação (Prot. nº 01196/2026); uma moção de congratulação (Prot. nº 01197/2026). De autoria do deputado Lidio Lopes: duas indicações (Prot. nºs 01222/2026, 01221/2026). De autoria da deputada Mara Caseiro: três indicações (Prot. nºs 01193/2026, 01191/2026, 01190/2026); uma moção de congratulação (Prot. nº 01192/2026). De autoria do deputado Neno Razuk: uma moção de congratulação (Prot. nº 1198/2026). De autoria do deputado Pedro Kemp: uma indicação (Prot. nº 01220/2026); um requerimento (Prot. nº 01219/2026); duas moções de congratulação (Prot. nºs 01218/2026, 01217/2026). De autoria do deputado Pedrossian Neto: uma indicação (Prot. nº 01206/2026). De autoria do deputado Professor Rinaldo: duas indicações (Prot. nºs 01211/2026, 01210/2026); duas moções de pesar (Prot. nºs 01208/2026, 01207/2026); um projeto de lei (Prot. nº 01209/2026). De autoria do deputado Zé Teixeira: duas indicações (Prot. nºs 01202/2026, 01201/2026); um projeto decreto legislativo (Prot. nº 01203/2026).). Solicito aos senhores deputados que assinem o acordo de lideranças relativo ao projeto que cria, em Bonito, a Vara Especializada de Direito Penal dos Povos Originários e das Comunidades Quilombolas. Comunico-lhes ainda que no dia 20 de maio, às 8h30, próxima quarta-feira, nós receberemos o secretário Arthur Falsete, da Semadesc, para tratar, na sala de reuniões da Presidência, do famigerado contrato, digo convênio, com a Fiems: estão todos convidados. Mais um comunicado: também dia 20, temos a inauguração do nosso estacionamento; provavelmente terminamos a reunião e vamos direto para a inauguração (talvez até com o levantamento da sessão) e o lançamento do livro de 45 anos de história da Assembleia Legislativa. Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Pelo livro de inscrição, tem a palavra o deputado Paulo Duarte. Transferida. Deputada Gleice Jane. Transferida. Deputado Zeca do PT. Transferida. Deputado Pedro Kemp. Transferida. Deputado Junior Mochi. Vossa Excelência dispõe de 27 minutos. Antes do deputado falar, gostaria de cumprimentar e agradecer a presença do vereador Robinho,

o Robson Rodrigues, de Rio Verde, e da presidente do Sisau, a Evelyn Abelha. Pois não, deputado Junior.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — sem revisão do orador — Meus cumprimentos à Associação dos Violeiros de Mato Grosso do Sul; hoje vamos votar o projeto que inclui no Calendário Oficial de Eventos do estado o "Encontro Nacional de Violeiros e Violeiras do Estado de Mato Grosso do Sul", resgatando a nossa cultura e a tradição da viola caipira. Obrigado pela presença. Senhor presidente, gostaria de tratar brevemente de alguns assuntos. Primeiro, informo que participei agora há pouco de um seminário onde se discutiu a prevenção a incêndio, realizado pela Reflore/MS, a Associação Sul-Mato-Grossense de Produtores e Consumidores de Florestas Plantadas. Foi todo um trabalho, com a mobilização de toda a brigada daqueles que atuam, contratados pelas empresas, na prevenção do fogo; e, de fato, a melhor forma de combater o fogo é realmente prevenindo. Além de percorrer Mato Grosso do Sul orientando produtores a tomarem as medidas corretas, essa equipe constituirá também um centro para onde devem ser dirigidas as informações quando aparecer algum sinal de fumaça, para que se possa evitar o pior. Está de parabéns a Reflora/MS por essa atitude, por esse evento de agora de manhã lá na sede da Famasul. Mas venho aqui principalmente para dizer o seguinte, presidente. Nós apresentamos aqui uma proposição, propusemos que a comissão temporária de acompanhamento da concessão da BR-163 pudesse acompanhar também o processo das concessões das outras rodovias (a Rota da Celulose, que é a BR-262, no trecho Três Lagoas-Campo Grande; a MS-040, no trecho Campo Grande-Santa Rita do Pardo; e também a BR-267, de Nova Alvorada do Sul a Bataguassu), pedido que foi aprovado por esta Casa. A empresa precisa ser comunicada disso, até agora não se sabe onde é a sede, já procurei, não sabemos ainda onde eles realmente estão localizados nem com quem falar. Isso precisa ser feito, o ideal é que se firme com eles o mesmo tipo de relação que estabelecemos com a concessionária da 163, que se comprometeu a vir a esta Casa a cada noventa ou cento e vinte dias prestar contas das ações que vem empreendendo, do ritmo das obras, etc. Se isso tivesse ocorrido, a gente tem de reconhecer, lá em 2014/2015, não teríamos tido os problemas que tivemos com a BR-163. Portanto, no que toca à Rota da Celulose, eu conto com a sensibilidade da Casa; o deputado Pedro Arlei Caravina de vez em quando me liga para falar do assunto, esses dias me diz ele assim: "Olha, falaram que a entrada do estado está bonita, está bem feita, mas eu estou aqui e isso não está acontecendo!" Precisamos, portanto, que a concessionária que assumiu a conservação e a execução de várias obras nesse trecho venha aqui prestar contas, afinal a Assembleia Legislativa é o poder que legitimamente representa o povo sul-mato-grossense, e a concessão é estadual: é muito importante que venham aqui esclarecer as coisas à comissão (composta pelos deputados Caravina, Hashioka, Mara Caseiro e Pedro Kemp)... Pois não, deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PL) — Obrigado pelo aparte. Realmente liguei para o senhor, e várias vezes defendi aqui estratégias para melhorar a malha viária do estado, uma das quais são as parcerias público-privadas, como já aconteceu na 158, na MS-306, lá com Way Brasil, e agora dá-se o memo no caminho da celulose, além das concessões

federais, como a da 163. É bom o modelo, é o que eu acho, o problema é a fiscalização, e esse problema tem de ser resolvido para que o trabalho não fique só no papel. Eu liguei para Vossa Excelência porque estava acompanhando essa questão do caminho da celulose, quero inclusive agradecer o atendimento que nos é dispensado por um dos diretores, quando ligamos cobrando algum esclarecimento. Efetivamente, o primeiro ano da concessão é para manutenção, é o que diz o contrato (serviço de tapa-buraco, roçada, pintura de sinalização, etc.), o que o contrato não diz é o volume disso — daí que fiz um questionamento (não veio resposta ainda): então se a empresa se dedicar a essas atividades somente no último mês, ela cumpriu o que está no termo de referência?... Não pode ser assim: a manutenção tem de ser constante. Houve uns problemas de contratação de empresa, houve também justificativas; depois daquele dia em que falei com Vossa Excelência, a manutenção começou, ainda um pouco tímida, na divisa com Nova Porto XV, na entrada do estado, trecho que estava muito ruim, e estava assim desde quando a concessionária assumiu, desde 9 de fevereiro, sem a manutenção de roçada. Importante, pois, a fala de Vossa Excelência, precisamos trazer essa responsabilidade para cá, através da comissão, chamar o pessoal da concessionária, traçar um cronograma, tudo detalhado, não dá para falar só por alto, que no termo de referência estão só as datas-macro (a partir do ano que vem começa o recapeamento, vêm outras sinalizações, o início das praças de pedágio) — precisamos traçar um cronograma detalhado, principalmente nesse primeiro ano, que vai de 9 de fevereiro deste ano a 9 de fevereiro de 2027. É isso, precisamos saber como será o encaminhamento da manutenção dessas cinco rodovias: a BR-262, no trecho Três Lagoas-Campo Grande; a 267, de Bataguassu a Nova Alvorada do Sul; MS-040; MS-338, de Santa Rita-Bataguassu; e o anel viário da MS-395, de Bataguassu. Aliás esse assunto do anel viário de Bataguassu precisa ser discutido, o traçado não é bom para a cidade, precisa ser alterado. Enfim, entendo que a Assembleia deveria debruçar-se sobre isso, chamar o pessoal aqui, analisar com critério o cronograma, até para poder passar para a população, que nos cobra. Enfim, somo-me a Vossa Excelência nessa importante fala. Obrigado.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Eu que agradeço, incorporo o seu aparte ao meu pronunciamento, importantes os esclarecimentos. É isso, precisamos reforçar a solicitação feita à concessionária, que ela venha à Assembleia, a empresa precisa entender que aqui há uma comissão que vai acompanhar a concessão, até para que possamos saber de quem vamos cobrar, saber se o contrato está sendo cumprido religiosamente, assim como estamos fazendo com a Motiva Pantanal. Foi boa a reunião com a Motiva, de esclarecimentos, os dados que ela nos traz estão dentro daquilo que foi repactuado, embora não seja o que nós queríamos: o ideal era ter o contrato anterior à manutenção dos 845 quilômetros de duplicação. Mas paciência, a única empresa que apareceu no leilão foi a Motiva, não houve outros lançadores, o contrato de repactuação permaneceu, então vamos fazer com que se cumpra; contrato, aliás, que tem uma cláusula importante, diferente, que não constava no contrato anterior: estou falando da possibilidade, à medida que aumentem os valores, de parte disso ser reaplicado na rodovia. Nós estamos aí numa discussão, por enquanto isso está submetido à agência reguladora, estamos discutindo o pedido de reajuste do pedágio. Por que reajuste neste momento, ainda mais

nesse percentual que está sendo ventilado na imprensa (não sabemos se é oficial)? Amanhã, portanto, faço essa indicação, solicitando à empresa que nos esclareça em que pé está o trâmite do seu pedido na Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). Quanto a esse tema, eram essas as minhas considerações, e renovo o meu pedido para que a nossa solicitação seja reiterada, para que a empresa responsável pela Rota da Celulose venha a esta Casa prestar esclarecimentos à comissão, que tem a responsabilidade direta de acompanhar e fiscalizar o contrato de concessão. Por último, senhor presidente, gostaria de registrar que ontem estive na celebração do contrato de PPP (Parceria Público-Privado) entre o Governo do Estado e a empresa que agora vai, digamos, executar as obras de construção, as ações no Hospital Regional relacionadas à parte administrativa (estacionamento, etc.), aquelas que não envolvem diretamente a saúde do paciente. Está de parabéns o Governo — fomos muito bem representados no evento pelo deputado Coronel David —, acho que é um avanço, nós temos condições obviamente de, dentro de três ou quatro anos, ter uma nova realidade, e o que se espera (como esperamos das demais concessões) é que tenhamos essa ação fiscalizadora, acompanhando a concessão, acompanhando os cronogramas de execução, e, quando a coisa não anda nos trilhos, que possamos fazer a cobrança devida a quem de direito. É um avanço da atenção à saúde em Mato Grosso do Sul. É só, senhor presidente. Obrigado.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (União Brasil) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Professor Rinaldo.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (União Brasil) — Hoje, 12 de maio, é o Dia Internacional do Enfermeiro. Gostaria de parabenizar a todos os enfermeiros e enfermeiras do estado, em nome da Marcela, que está sempre aqui, com o doutor Osvaldo, dando assistência aos servidores desta Casa. Nunca é demais encarecer o papel preponderante desses profissionais, como o provam o profissionalismo, a bravura e o altruísmo que demonstraram durante a pandemia, quando arriscaram a vida para proteger seus pacientes. Parabéns, enfermeiras, enfermeiros, desejo-lhes saúde e força. Continuem com altivez esse trabalho tão importante. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Com a palavra, a deputada Gleice Jane. Transferida. Com a palavra, o deputado Zeca do PT. Transferida. Com a palavra o deputado Pedro Kemp. Transferida. Com a palavra o deputado João Henrique. Vossa Excelência dispõe de doze minutos.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (Novo) — sem revisão do orador — Senhor presidente, colegas parlamentares. Não é a primeira vez que subo a esta tribuna para tecer algumas críticas aos veículos que recebem publicidade do Governo do Estado, especialmente para atacar seus opositores, ou melhor, seu único opositor, que desde o início sou eu que venho fazendo isso. O que seria da democracia sem o contraditório, a

objeção, o contraponto? Quem recebeu ofertas nebulosas, sujas, foi este parlamentar, isto para deixar de exercer um papel que não depende da ocupação de qualquer cargo, um papel para cujo cumprimento é preciso antes coragem, coragem de dizer sem peias o que acontece dentro da Agesul (que culminou com mais uma prisão, a Polícia Federal não sai do Parque dos Poderes), coragem para entrar com ações: é constrangedor ver o governador Eduardo Riedel exercendo o *jus esperneandi*, implorando para que a população não saiba a verdade, onde são empregadas as verbas de publicidade. Como pode? Treze bilhões! Metade de tudo que é arrecadado! Como pode uma renúncia fiscal dessa magnitude sem transparência? Não vou mostrar para ninguém, nem para o Tribunal de Contas, nem para a Assembleia, nem para o povo, que se lixem, que se danem... Como que pode, deputada Gleice, gastar 2,9 bilhões com saúde e renunciar a treze?! Como pode deixar os servidores públicos do Estado sem um reajuste adequado, a polícia sem promoção? Como pode pegar um recurso que era para a botina da polícia militar, desviar um recurso que era do pelotão, do batalhão, sem dizer para onde ele foi? Ora, esse recurso é nosso! Um dia aqui na tribuna eu disse que havia um jornal de "cornão", um jornal "cor-sim-cor-não" (colorido e preto e branco), que vivia falando da gente, imputando-nos falsos adjetivos; um dia o dono desse jornal, senhor B. de Paula, solicitou-nos um acordo para não dizer uma mentira acerca de uma fala nossa aqui na tribuna; e eu disse para o nosso corpo jurídico "assine, vamos terminar com isso"... Agora ele criou um apelido: "JR Catan". Eu disse à pessoa que me informou sobre isso que devia ser um erro de grafia, é agá no lugar do erre. Mas não era; essa mesma pessoa me alertou de novo. "Erram de novo seu nome nas *chibatadas*, nas *chicotadas* (nem sei que é isso). Três vezes "JR Catan"? Bom, aí é demais, não pode ser erro de grafia... Vai ver o dono desse veículo ficou estacionado na década de 1980, tempo daquele grande vilão da série *Dallas*? Who shot J.R.? Será que agora no período eleitoral ele quer associar minha imagem a essa figura manipuladora, esperta, sem escrúpulos?... Não sei. Mas para não perder o embalo, ontem comecei a alinhar algumas notas, depois de observar as denúncias que o dono do aludido jornal fez contra o PSDB, deputado Zeca do PT, pois pude perceber que isso tem método, não é a primeira vez que ele lança mão do mesmo expediente. Não faz muito, ele comparou, por exemplo, o escândalo Watergate com o "Picanhagate" da JBS, todo dia era "Picanhagate" pra cá, "Picanhagate pra lá". Vamos então às minhas notas sobre o grandiloquente e modesto *Boca do Povo*, ou a Boca do JR, com pitadas de Southfork. "Todo vilão acha que é o herói de sua própria história, essa é a tácita lição de *Dallas*, temporada após temporada, segundo pude apurar. Pois, senhoras e senhores, fitando bem o que se passa neste vasto e fértil Mato Grosso do Sul, nosso Texas particular, com seu pantanal de intrigas, suas pastagens de poder e seus poços de lama, não dá para negar que é um cenário que lembra bastante o Southfork Ranch da série. O personagem principal da novela essa, arquiconhecida no Brasil, é J.R. Ewing. Em *Dallas* o rancho era o epicentro dos acontecimentos, valia tudo ali: contratos assinados com segundas intenções, conversas gravadas sem consentimento, alianças formadas de manhã e desfeitas antes do jantar. Era lá que J.R., o magnata sem escrúpulos, sorriso no rosto, operava seus esquemas com desenvoltura e elegância. Mas vejam que irônico, B. de Paula, pontificando na frequência da maldade, pela *Boca do Povo*, parece ter ido buscar naquele rancho longínquo a inspiração da sua vida. Se não, vejamos. J.R. Ewing não enfrentava o inimigo de frente, preferia o meneio, a manha, a calúnia, o cancelamento de reputações.

Valia-se para tanto da "compreensão" de jornalistas amigos, meros peões de um jogo cujas regras só ele conhecia. Na série, um diálogo volta e meia se repete: — "J.R., você não pode provar nada." Ao que ele replicava com aquele sorriso amarelo de crocodilo bem alimentado: — "Eu não preciso, basta insinuar." Não é outro o procedimento de um certo jornalismo obsoleto: é soltar ao vento a dúvida, a desconfiança, a suspeita. Mas J.R. não desafiava o sistema, ele *era o sistema*, um *filho do establishment*, um herdeiro do poder, um guardião dos privilégios, um aliado de políticos corruptos, um comprador de consciências e sabotador de carreiras. Mas quando surgiu em Dallas alguém que ameaçou o trono, alguém com a ousadia de Bobby, com a integridade que J.R. desprezava, o que fez o grande magnata? Mandou a imprensa atacar o irmão, usou aliados de redação, plantou rumores, chamou-o de incômodo, de irresponsável, de inexperiente. Era perigosa a onda da mudança, porque o poder envelhecido age por reflexos condicionados, e se desespera quando sente o chão tremer: ele não debate, apenas difama... Pois na história que vai se desenrolando por aqui, há um jovem político que está fazendo mais ou menos como o irmão de J.R., com os dentes rangendo de madrugada... Bobby não era perfeito, mas tinha algo que o sistema não conseguia corromper: sua coragem. E mais, não tinha ele dívida com os magnatas do petróleo, não dava jantares, nada havia assinado nas sombras, e exatamente por isso era o mais perigoso dos adversários, porque para quem não deve a chantagem é apenas pólvora molhada. Na Dallas do seriado, depois de armada sua teia (era sempre o mesmo roteiro), J.R. sorria, calculava, mas finalmente percebia com um frio na espinha que ainda não seria daquela vez, não havia o que usar como objeto de chantagem, não havia fraqueza a explorar, nada. Então ele fazia aquilo que lhe restava: vociferava na televisão, na rádio, difamava. Houve uma temporada, muitos aqui devem lembrar, em que tudo deu errado, mortes, reviravoltas, escândalos; mas tudo não passara de uma mentira, de um sonho, os roteiristas foram até criticados... Só que o jornal e a rádio de Ruben de Paula fazem isso todos os dias; cada edição, cada fala, cada apelido desencadeiam nova temporada de sonho; cada locução ao microfone, uma nova invencionice fantasiada de denúncia, a descrição de um novo vilão, fabricado apenas para uso na campanha eleitoral. Enquanto em *Dallas* havia uma advertência nos créditos informando que tudo não passava de ficção, no *Boca do Povo* mente-se com ares de oráculo. Quem atirou em J.R.? ou quem tem medo do jovem na política?... O episódio de maior audiência do seriado foi justamente esse do *Who shot J.R.?*, as apostas se multiplicaram, teorias proliferavam. A resposta demorou meses, e quando veio era a coisa mais simples do mundo: atirara quem ele mais havia traído, quem mais ele havia usado, quem ele mais havia manipulado, descartado. Feita a analogia, a pergunta que nos fica não é "quem é o J.R. da política local?", a verdadeira pergunta é outra, mais íntima e mais urgente: "Por que um jovem político, sem cargo no Executivo, sem ter na mão a máquina carcomida do poder, incomoda tanto? Em *Dallas*, perdia-se o sono quando alguém estava chegando perto demais da verdade sobre os escusos negócios do rancho; aqui, quando eles não dormem, é porque alguém está chegando perto demais do eleitorado sem pedir licença ao dono do *rancho*, da *República de Maracaju*... Miss Ellie, a matriarca, mulher da terra, que não se vendia nem curvava, dirigia-se ao filho J.R. sem levantar a voz: "Eu não me iludo, sei exatamente quem você é." Pois o povo de Mato Grosso do Sul é Miss Ellie nessa história fictícia que eu criei. Não precisa gritar, não precisa esconjurar nem afetar virtude em microfone alugado. No

último episódio, J.R. é visitado por um ser sobrenatural, o qual lhe demonstra por á mais bê que o mundo seria muito melhor sem ele. Pela primeira vez J.R. fica genuinamente perturbado, não pela iminência da morte, mas pela bancarrota, pela certeza de que sua ausência tornaria tudo mais leve, mais limpo." Fim da transmissão, o *Rancho* agradece a audiência... escrito com a pluma de quem acredita na verdade, mesmo quando ela chega devagar, porque ela sempre chega, e o povo sabe disso. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Registramos e agradecemos a presença dos vereadores Amauri Teixeira, Vanilda Lopes e Zé Armando, todo do município de Rio Verde. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Solicito ao segundo-secretário que faça a recomposição de quórum.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp – PT) — Presentes todos os deputados: há quórum para a deliberação das matérias.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Item1. Em discussão única e votação nominal. Projeto de Resolução nº 007/2026. Autor: deputado Paulo Corrêa. "Concede Título de Cidadão Sul-Mato-Grossense a quem especifica." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Pedrossian Neto. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Pela ordem, o deputado Zeca do PT.

@@@@@DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pasmem, senhoras e senhores deputados! Uma semana atrás eu li aqui, eufórico, a iniciativa do governo federal de mandar identificar o desmatamento ilegal no Brasil através de imagens de satélite, coisa absolutamente moderna, Paulo Corrêa, coisa que faz qualquer país civilizado. Pasmem! Pasmem: a fazendeirada entrou na justiça tentando embargar o que eles chamam de "destruição", pedem a anulação da iniciativa do governo do estado de fiscalizar. Depois dizem...

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Pela ordem, senhor presidente!

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Respeite quem está com a palavra!! Depois você fala.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Pela ordem, presidente!

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Pela ordem, o deputado Coronel David.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Vamos obedecer ao Regimento, presidente, isso aí não existe, nós estamos em votação. O cara vem aqui para falar de assunto político!

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Eu estou com a palavra! Corte o microfone desse sujeito!!

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Eu vou dar um exemplar do Regimento ao deputado Zeca do PT para ele estudar.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Corte a palavra desse sujeito!

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Deputado Zeca, depois o senhor fala, nas Explicações Pessoais, isso tem de ser discutido da tribuna, não no meio da votação. Ainda em votação.

Projeto de Lei nº 07/2026, de autoria do deputado Paulo Corrêa.

Presidente — deputado Renato Câmara (Republicanos).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PL).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PP) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Avante) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PL) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PL) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (PL) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Solicito ao segundo-secretário o resultado da votação.

SEGUNDO SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezenove votos favoráveis, nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Aprovado o projeto de Resolução que concede o Título de Cidadão Sul-mato-grossense ao senhor João Alberto de Abreu. Vai ao Expediente. Item 2. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de lei nº 329/2025. Autor: deputado Junior Mochi. "Inclui no calendário Oficial de Eventos do estado de Mato Grosso do Sul o Encontro Nacional de Violeiros e Violeiras do estado de Mato Grosso do Sul." A Comissão de Educação, Cultura e Desporto emitiu parecer favorável por unanimidade, tendo como relatora a deputada Gleice Jane. Em discussão.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Para discutir, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Para discutir, tem a palavra o deputado Junior Mochi, autor do projeto.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Queria parabenizar o Ânderson, que está aqui, presidente da associação dos violeiros, foi dele a iniciativa de nos solicitar a medida. Existem no país vários tipos de viola caipira, aqui temos a nossa viola de cocho; é

uma tradição da nossa cultura, é uma tradição do povo sul-mato-grossense, e a ideia é valorizar a viola caipira, os encontros de violeiros, identificar os nossos violeiros; muitos estão aí espalhados por Mato Grosso do Sul, nas fazendas, nos sítios, no campo, e isso não chega ao conhecimento da população. Está de parabéns a associação, pela iniciativa, e peço o voto dos colegas, para que esse encontro nacional (que já ocorre há um bom tempo) tenha maior visibilidade, e o apoio da Secretaria de Turismo e Cultura.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 329/2025, de autoria do Deputado Junior Mochi.

Presidente — deputado Renato Câmara (Republicanos).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PL).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PP) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PL) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PL) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (PL) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Solicito ao segundo-secretário o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezoito votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Aprovado. Ao Expediente. Item 3. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 040/2026. Autor: deputado Caravina. "Inclui o *Off Road Bataguassu* no Calendário Oficial de Eventos do Estado de Mato Grosso do Sul. "A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável por unanimidade, tendo como relator o deputado Paulo Duarte. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Presidente, para declarar o voto.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Com a palavra, para declaração de voto, o deputado Caravina autor projeto.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Gostaria de pedir o apoio dos colegas, o Off Road é um grande evento que acontece em Bataguassu no mês de janeiro, movimenta a economia, hotéis, postos, traz gente do Brasil todo; e agora, com a sua inclusão no calendário oficial de eventos, terá mais visibilidade, um maior apoio do governo do estado (que já ajuda, a prefeitura também é parceira...). Estão todos convidados a prestigiar o Off-Road, em Bataguassu.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Ainda em votação.

Projeto de Lei nº 040/2026, de autoria do deputado Caravina.

Presidente — deputado Renato Câmara (Republicanos).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PL).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PP) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PL) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PL) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (PL) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.



DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Solicito ao segundo-secretário o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Dezoito votos favoráveis, nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Item 4. Em discussão única e votação simbólica: 03 requerimentos, 03 indicações e 02 moções de congratulação. Os deputados que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Ao Expediente. Não temos hoje moção de pesar. Encerrada a Ordem do Dia. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Com a palavra a deputada Gleice Jane. Transferida. Com a palavra o deputado Paulo Duarte. Transferida. Com a palavra o deputado Pedro Kemp. Transferida. Com a palavra o deputado João Henrique. Transferida. Não há mais oradores... Convido a todos a participar do evento de sexta-feira da Avimasul, o maior encontro de avicultores do estado, na Expoagro; e a participar também do evento do Proleite, o encontro dos produtores de leite, também na Expoagro, quinta-feira pela manhã (o deputado Caravina já está confirmando presença), as inscrições estão abertas. Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão (11h14min).